



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL Nº 03/2017 - PMVG, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCURSO PÚBLICO



Cargo de Nível Superior:

Procurador Municipal

Caderno de Prova Objetiva

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

ASSINATURA DO CANDIDATO



Universidade Federal de Mato Grosso
Secretaria de Articulação de Relações Institucionais
Gerência de Exames e Concursos

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **1 a 19**, é constituído de **60 (sessenta)** questões objetivas, cada uma com quatro alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 60 – Conhecimentos Específicos

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o campo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D

- 3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- 3.3. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. A duração da prova é de **quatro** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a coleta de impressão digital de candidatos.
5. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
6. Será permitida a saída de candidatos da sala de prova **somente** após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova. Nesse caso, o candidato deverá entregar, **obrigatoriamente**, ao fiscal o Caderno de Prova e o Cartão de Respostas.
7. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes de transcorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando **desistência** do Concurso.
8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova **somente na última meia hora de prova**.
9. Na página **19** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova.
10. Terminada a prova, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

INSTRUÇÃO: Leia o artigo abaixo e responda às questões de 01 a 03.

Maravilhas da cultura política brasileira

Se me pedissem para apontar a ideia mais idiota de nossa (in)cultura política, eu diria sem pestanejar: o horror ao liberalismo. No Brasil, mesmo entre as elites cultas, uma quantidade de gente tem urticária só de ouvir a palavra. “Neoliberalismo” então, Deus me livre.

Esforcemo-nos por entender o conceito.

Em todas as suas variantes, a base da doutrina liberal é a valorização do indivíduo, de sua autonomia física e moral, e de seu direito de escolher. No aspecto econômico, o liberalismo valoriza o lucro, legitima o enriquecimento, estimula o empreendedorismo e aprova o capitalismo, ressaltando certos papéis que o Estado deve desempenhar. Do ponto de vista político, o liberalismo tem como correlato a democracia política, que por sua vez implica uma pluralidade de partidos, o direito de votar e ser votado em eleições periódicas, limpas e livres, e o pleno acesso à informação, sem o qual o direito de votar perde o sentido.

Suponhamos que você, leitor, é um antiliberal empedernido. Considerando certas alternativas – por exemplo, quem quer com amigos, fazer ou não fazer uma viagem – você prefere tomar logo suas decisões sem dar satisfação a ninguém ou acha que o Estado deve manter uma agência especializada em aconselhar os indivíduos?

Você ganha cem milhões na Mega Sena. Sei que você não joga, mas suponhamos, só para argumentar. De uma hora para outra, você ficou rico, mas reprova o enriquecimento. Como vai se livrar dessa grana toda? A duras penas, depois de meditar muito, você resolve montar uma empresa? Mas, e o lucro? Você o aceita com naturalidade ou aceita só o suficiente para pagar os salários e cobrir os demais custos?

[...]

(LAMOUNIER, Bolívar. Revista Isto É, ed. 2495.)

Questão 01

Sobre as ideias expostas no texto, assinale a que representa a tese defendida pelo articulista.

- [A] A rejeição do liberalismo no Brasil deve-se ao desconhecimento dos sentidos da doutrina liberal.
- [B] No Brasil, as elites cultas não se manifestam quanto às doutrinas políticas, mantendo-se neutras.
- [C] O liberalismo é contraditório, pois admite empreendedorismo, mas não o enriquecimento individual.
- [D] O liberalismo é uma teoria política que não vingou no Brasil em função da (in)cultura política existente.

Questão 02

A respeito da construção do texto e dos argumentos, analise as afirmativas.

- I - O texto, estruturado em cinco parágrafos, tem a conclusão expressa no último deles.
- II - No primeiro parágrafo, o articulista deixa clara sua posição quanto à rejeição do liberalismo no Brasil.
- III - O terceiro parágrafo, dedicado à conceituação do liberalismo, é dispensável, visto que apresentar conceito não constitui argumento.
- IV - Desde o segundo parágrafo, o articulista inicia sua argumentação em favor de seu ponto de vista.
- V - Nos parágrafos 4 e 5, são apresentados argumentos em forma de situações hipotéticas e questionamentos acerca de atitudes do leitor.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, IV e V, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] II, III e V, apenas.
- [D] II, IV e V, apenas.

Questão 03

O texto pertence ao gênero artigo de opinião. Acerca das características que marcam esse gênero e que estão presentes nesse texto, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- O objetivo principal é, pela argumentação, persuadir o leitor a concordar com a opinião do articulista.
- A linguagem é objetiva e com expressões de cunho subjetivo.
- Esse gênero é normalmente assinado pelo autor e veiculado nos meios de comunicação.
- Os verbos são empregados, predominantemente, no pretérito perfeito do indicativo.

Assinale a sequência correta.

[A] V, V, F, F

[B] F, F, V, V

[C] F, F, F, V

[D] V, V, V, F

Questão 04

Leia a frase a seguir, extraída de para choque de caminhão.

Se você não vê meu retrovisor, eu também não te vejo.

Sobre os recursos linguísticos e discursivos empregados na frase, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- O uso na mesma frase e para o mesmo interlocutor dos pronomes *você* e *te* constitui problema de coerência.
- A relação de sentido entre as duas orações que compõem a frase, relação de condição, pode soar como um aviso ao interlocutor.
- A palavra *também* sugere que o motorista não vê o interlocutor assim como o interlocutor não vê o motorista.
- Uma escrita com coerência seria: Se você não vê meu retrovisor, eu também não vejo seu carro.

Assinale a sequência correta.

[A] V, V, F, V

[B] F, V, F, F

[C] V, V, V, V

[D] F, F, V, F

Questão 05

O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente forma do SINGULAR para preencher de modo adequado a lacuna de qual alternativa?

[A] _____ mais os despautérios que o político regurgita sobre qualquer assunto ou a crença sem sentido de que o melhor a fazer é não confrontá-lo? (assustar)

[B] Ressalta-se que _____ justamente sobre o cidadão comum – aquele que não devora política e/ou se envolve em debates sobre o tema nas redes sociais – o veredicto final. (reair)

[C] Mais como fator de intimidação do que de repressão, é bom que seja assim, _____ na prática os militares no Rio de Janeiro. (operar)

[D] Para o Exército, incomensuráveis _____ os desgastes e as críticas se o julgamento do atirador descuidado acontecer pela Justiça Comum. (ser)

Questão 06

No próximo dia 17, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado começará a debater um projeto de lei que prevê a regulamentação no Brasil de um tratamento médico que ganha popularidade nos consultórios particulares, apesar de não ser oficialmente reconhecido por aqui: a ozonioterapia. Depois da audiência pública, o projeto deverá seguir para a Câmara dos Deputados e, por fim, se aprovado, para sanção presidencial. A técnica é reconhecida em catorze países, entre eles Rússia, China, Portugal, Espanha e Cuba, e faz parte de sistemas públicos de saúde.

O emprego da vírgula, mais que indicar pausas, organiza os sentidos do texto, auxiliando na construção da coesão. Sobre a função desse sinal de pontuação no texto acima, analise as afirmativas.

- I - A vírgula no trecho *ganha popularidade nos consultórios particulares, apesar de não ser oficialmente reconhecido* separa a oração coordenada, enfatizando a ideia de oposição.
- II - Em *o projeto deverá seguir para a Câmara dos Deputados e, por fim, se aprovado*, as vírgulas realçam uma expressão que retifica o dito anterior.
- III - A vírgula após as expressões *No próximo dia 17 e Depois da audiência pública* marca, para efeito de destaque, o deslocamento de um termo para o início da oração.
- IV - No trecho *se aprovado, para sanção presidencial.*, a vírgula separa uma oração com sentido de condição para a realização da ação de sanção presidencial.
- V - Em *entre eles Rússia, China, Portugal, Espanha e Cuba*, as vírgulas separam elementos que exercem a mesma função sintática.

Estão corretas as afirmativas

- [A] III, IV e V, apenas.
- [B] II, III e IV, apenas.
- [C] I, II, III e V, apenas.
- [D] I, II, IV e V, apenas.

Questão 07

O não entendimento de um enunciado pode ocorrer também pelo uso de elementos de ligação inadequados. Assinale a alternativa que apresenta a reescritura do enunciado que, mesmo com alteração do elemento de ligação, mantém o sentido original.

- [A] O fim da barreira protecionista incentiva as marcas estrangeiras sem fábrica no Brasil a trazer novos modelos para o país, mas o governo estuda como beneficiar a indústria nacional. → O fim da barreira protecionista incentiva as marcas estrangeiras sem fábrica no Brasil a trazer novos modelos para o país, logo o governo estuda como beneficiar a indústria nacional.
- [B] Os carros trazidos do exterior não só acrescentam competitividade ao setor como também criam parâmetros para aumentar a qualidade e a segurança dos carros nacionais. → Os carros trazidos do exterior acrescentam competitividade ao setor bem como criam parâmetros para aumentar a qualidade e a segurança dos carros nacionais.
- [C] Para fazer parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo de países avançados, o Brasil precisa seguir certos parâmetros tributários e comerciais. → O Brasil precisa seguir certos parâmetros tributários e comerciais, pois que faz parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- [D] O número de carros feitos no exterior vendidos no mercado brasileiro fica atualmente abaixo de 10% do total, em função de a tarifa de importação ser de até 35% do valor. → Mesmo com a tarifa de importação de até 35% do valor, o número de carros feitos no exterior vendidos no mercado brasileiro fica atualmente abaixo de 10% do total.

Questão 08

Qual frase apresenta todas as formas verbais corretamente flexionadas?

- [A] É aconselhável que todos os moradores se previnam contra os assaltos tão frequentes hoje em dia.
- [B] No lugar em que as crianças, há tempos, brincaram alegres, agora só se via edifícios tristes.
- [C] Dialogando, talvez os congressistas se entendem e se tornem mais coerentes em suas ações.
- [D] Quando os políticos chegaram, o jornalista já havia dado a notícia em rede nacional de televisão.

Questão 09

O encadeamento adequado das partes de um texto confere-lhe coesão e coerência, propiciando que o leitor construa o sentido de forma clara. Ordene os trechos abaixo, numerando-os de 1 a 7, de modo a construir um texto.

- () No imenso monumento a Vittorio Emanuele II, com seus muitos e altos patamares, as multidões vêm e voltam, avançam e recuam.
- () Os turistas estão em toda parte.
- () A exemplo do Rio de Janeiro em seus momentos mais críticos, Roma tem militares nas ruas.
- () Os soldados têm sempre o dedo no gatilho.
- () Dobram com os *carabinieri* o cuidado de dar proteção às levas de turistas.
- () Os carros de combate fazem ponto no centro histórico, como se fossem táxis.
- () No Pantheon, uma bonita soldada, junto a um carro de combate, mantém o dedo no gatilho da submetralhadora.

Marque a sequência que apresenta um texto coeso e coerente.

- [A] 7, 6, 3, 2, 5, 4, 1
- [B] 1, 2, 7, 3, 4, 6, 5
- [C] 6, 7, 1, 4, 2, 5, 3
- [D] 2, 1, 7, 6, 5, 3, 4

Questão 10

Não raras vezes, textos apresentam problemas relativos à norma padrão da língua escrita. Assinale o trecho que **NÃO** apresenta esse tipo de problema linguístico.

- [A] A nação e também o cidadão brasileiro comum está mais empobrecido devido à crise econômica vivida nos dias atuais.
- [B] Aquele deputado de Pernambuco preferiu a cadeia à delação dos empresários envolvidos na corrupção.
- [C] As instituições públicas devem ficar o mais afastadas possíveis de manobras políticas visando o poder.
- [D] O que o colega está aludindo, perguntou rispidamente o presidente da Comissão de Justiça.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11

Em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca de mandado de segurança coletivo, analise as assertivas.

- I - A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe de autorização destes.
- II - A entidade de classe tem legitimação para impetrar mandado de segurança coletivo ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- III - A legitimação das organizações sindicais, entidades de classe ou associações, para a segurança coletiva, é extraordinária, ocorrendo, em tal caso, substituição processual.
- IV - O objeto do mandado de segurança coletivo será um direito dos associados, exigindo-se que tal direito guarde vínculo com os fins próprios da entidade impetrante.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I, II, III e IV.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] I e IV, apenas.

Questão 12

Leia o texto abaixo.

“Noutro dizer, se o objeto a ser interpretado – seja ele uma norma ou conjunto de normas – é algo que se considera racional por definição, então essa mesma racionalidade há de presidir o manejo dos princípios que regulam a sua interpretação. Em suma, tal como na aplicação dos princípios constitucionais, também aqui – e nisso vai certa desconfiança dos predicados demiúrgicos do legislador racional – tem plena vigência a ideia de um jogo concertado, de restrições e complementações recíprocas, entre os diversos cânones interpretativos eventualmente concorrentes, do qual resulta, ao fim e ao cabo, a sua mútua e necessária conciliação”.

(COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.)

Sobre os princípios da interpretação constitucional, é correto afirmar:

- [A] O princípio da correção funcional orienta que os intérpretes da Constituição não podem chegar a resultados que subvertam ou perturbem o esquema organizatório-funcional nela estabelecido, como é o caso da separação dos poderes, cuja observância é consubstancial à preservação do Estado de Direito.
- [B] Segundo o princípio da unidade da Constituição, os conflitos reais entre as normas constitucionais, que surgem quando duas ou mais normas contraditórias incidem para regular a mesma situação de fato, são resolvidos quando o jurista interpreta a Constituição como um sistema unitário de regras e princípios.
- [C] O princípio da harmonização ou da concordância prática recomenda ao aplicador da Constituição, deparando-se com situações de concorrência entre os bens ou valores protegidos pelos seus preceitos, que adote a solução em que seja sacrificado apenas um dos direitos fundamentais em conflito.
- [D] Os aplicadores da Constituição são orientados pelo princípio do efeito integrador a construir soluções para os problemas jurídico-constitucionais que favoreçam a integração social e a unidade política, com assento numa concepção integracionista do Estado e da sociedade.

Questão 13

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca das funções essenciais à justiça, é correto afirmar:

- [A] Compete privativamente ao Ministério Público promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- [B] Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União e das autarquias federais cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- [C] É vedado ao Ministério Público exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- [D] É assegurada aos integrantes das carreiras da defensoria pública a garantia da vitaliciedade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Questão 14

Considerando as normas previstas na Constituição Federal de 1988 sobre repartição das receitas tributárias, **NÃO** é correto afirmar:

- [A] Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- [B] Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- [C] Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos recebidos pelo Estado decorrentes do repasse de percentual do produto de arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados, proporcional ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- [D] Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência tributária residual.

Questão 15

Sobre o controle abstrato de constitucionalidade de lei municipal em face de preceito da Constituição Estadual, assinale a afirmativa correta.

- [A] O julgamento pelo Tribunal de Justiça de representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face de norma constitucional estadual, que reproduz substancialmente norma constitucional federal, importa em usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
- [B] É passível de impugnação por recurso extraordinário a interpretação dada pelo Tribunal de Justiça à norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, quando contrariar o sentido e o alcance desta.
- [C] Não configura parâmetro normativo idôneo, para o controle concentrado de constitucionalidade estadual, a norma de caráter remissivo constante na Constituição Estadual, que alude à norma constitucional federal para regulamentar determinada questão.
- [D] A decisão proferida por Tribunal de Justiça, em sede de ação direta de inconstitucionalidade relativa à lei confrontada com a Constituição Estadual, tem eficácia *erga omnes* diante de lei e norma de reprodução idêntica de outro Estado da Federação.

Questão 16

Quanto ao processo legislativo de reforma constitucional, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- () O Supremo Tribunal Federal admite a legitimidade do parlamentar para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir os atos praticados no processo de aprovação de emenda constitucional incompatível com as disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- () O processo de reforma da Constituição Estadual deve observar os requisitos estabelecidos na Constituição Federal, com relação ao rito legislativo para deliberação e aprovação de emendas constitucionais.
- () A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, F, V, V
- [C] V, V, V, F
- [D] F, F, V, F

Questão 17

Em matéria de controle e revisão de ato de concessão de aposentadoria de servidor público, é correto afirmar:

- [A] Após o registro do ato de concessão de aposentadoria de servidor público pelo Tribunal de Contas, não é admitida revisão pelo Poder Executivo que emanou o ato, ressalvada a competência revisora do Poder Judiciário.
- [B] O ato de aposentadoria de servidor público é considerado pelo Supremo Tribunal Federal como ato composto, emanado da vontade única do órgão executivo, sendo apenas ratificado pelo Tribunal de Contas.
- [C] O direito da Administração de anular aposentadoria de servidor público, após a publicação do acórdão do Tribunal de Contas que registrou o ato concessivo, decai no prazo previsto na legislação civil.
- [D] A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria de servidor público não produz efeitos antes de aprovada pelo Tribunal de Contas, ressalvada a competência revisora do Poder Judiciário.

Questão 18

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Município, que assim optar, na forma da lei, poderá fiscalizar e cobrar o seguinte tributo:

- [A] Imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município.
- [B] Imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município.
- [C] Imposto do Estado sobre transmissão *causa mortis* de bens situados no Município.
- [D] Contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de comercialização de petróleo e seus derivados realizadas no território do Município.

Questão 19

Quanto às etapas da fase externa do pregão previstas na Lei n.º 10.520/2002, analise as assertivas.

- I - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de decadência do direito de recurso.
- II - O acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos praticados na fase externa do certame e nova publicação do instrumento de convocação dos interessados.
- III - Após a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e homologação do certame pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital.
- IV - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, a Administração convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições da proposta inicialmente vencedora.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, III e IV, apenas.
- [B] I e III, apenas.
- [C] II e III, apenas.
- [D] I, II e IV, apenas.

Questão 20

Considerando que a fiscalização de trânsito é atividade que expressa o poder de polícia conferido à Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- [A] O exercício do poder de polícia de trânsito é prerrogativa exclusiva das entidades policiais, a quem a Constituição Federal conferiu as funções de promoção da segurança pública.
- [B] Às guardas municipais compete as funções de proteção de bens, serviços e instalações do Município, as quais não podem ser cumuladas com o exercício de poder de polícia de trânsito.
- [C] É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- [D] Dentro de sua esfera de atuação, os Municípios podem determinar que o poder de polícia de trânsito seja exercido pela guarda municipal, desde que excluída a aplicação de sanções administrativas.

Questão 21

No tema relativo às ações de indenização fundadas na responsabilidade civil objetiva do Estado, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça prevalece o entendimento em sentido

- [A] favorável à denúncia da lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo, sob pena de restar inviabilizada a pretensão estatal na via regressiva.
- [B] favorável à denúncia da lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo, apenas em casos de erros médicos.
- [C] contrário à denúncia da lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo, resguardado, em todos os casos, o direito da vítima de ajuizar a ação em face do ente público e do servidor.
- [D] contrário à denúncia da lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo, a fim de evitar prejuízo ao autor da ação devido à demora na prestação jurisdicional.

Questão 22

Considerando as penalidades cominadas na Lei n.º 8.429/1992, o pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente é aplicável no seguinte caso:

- [A] Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- [B] Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- [C] Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- [D] Ato de improbidade administrativa decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Questão 23

Até a devida disciplina legislativa, o Supremo Tribunal Federal definiu a competência constitucional para apreciação e julgamento de dissídio coletivo de greve de servidores públicos civis. Nesse contexto, é competente para julgar greve de servidor público municipal:

- [A] Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
- [B] Tribunal Regional do Trabalho do Estado respectivo.
- [C] Juiz de Direito com jurisdição no município.
- [D] Juiz do Trabalho com jurisdição no município.

Questão 24

Em relação às formas de provimento derivado de cargo público previstas na Lei n.º 1.164/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Várzea Grande-MT, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|------------------|-----|--|
| 1 – Readaptação | () | É o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria. |
| 2 – Recondição | | |
| 3 – Reversão | () | É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica. |
| 4 – Reintegração | () | É a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. |
| | () | É o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo. |

Marque a sequência correta.

- [A] 1, 4, 2, 3
- [B] 3, 1, 4, 2
- [C] 3, 2, 1, 4
- [D] 2, 1, 3, 4

Questão 25

Nos termos da Lei n.º 1.164/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Várzea Grande-MT, a pretensão punitiva da Administração Pública, nos casos de infrações disciplinares puníveis com demissão e suspensão, prescreve em

- [A] 10 (dez) anos e 5 (cinco) anos, respectivamente.
- [B] 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, respectivamente.
- [C] 5 (cinco) anos e 2 (dois) anos, respectivamente.
- [D] 5 (cinco) anos e 3 (três) anos, respectivamente.

Questão 26

Quanto à fase do inquérito administrativo no processo disciplinar regulado pela Lei n.º 1.164/1991 do Município de Várzea Grande-MT, é correto afirmar:

- [A] A fase do inquérito administrativo compreende a instrução processual, o relatório e o julgamento do servidor investigado no processo administrativo disciplinar.
- [B] Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo disciplinar designará como defensor dativo um advogado indicado pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso.
- [C] Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Delegado Regional da Polícia Civil.
- [D] O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

Questão 27

Em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da atualização da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) por fixação normativa, assinale a afirmativa correta.

- [A] É defeso ao Município atualizar a base de cálculo do IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- [B] A reavaliação do valor venal dos imóveis, que serve de base de cálculo do IPTU, pode ser feita mediante decreto executivo, desde que haja autorização legal.
- [C] É defeso ao Município fixar critérios de correção monetária do valor venal dos imóveis, para fins de cálculo do IPTU, mediante decreto, face ao princípio da legalidade tributária.
- [D] A reavaliação do valor venal dos imóveis, que serve de base de cálculo do IPTU, pode ser feita mediante decreto executivo, desde que no exercício fiscal anterior.

Questão 28

Leia o texto abaixo.

“[...] Nos atos jurídicos em geral a vontade é elemento essencial. Por isto a lei exige para a validade dos atos jurídicos o agente capaz. Agente que tenha vontade juridicamente válida. Como na formação da obrigação tributária não participa o ato, mas simplesmente o fato em sentido estrito, acontecimento considerado apenas em seu aspecto objetivo, é natural que a capacidade jurídica seja irrelevante na formação do vínculo obrigacional tributário”.

(MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2010.)

Sobre a capacidade tributária passiva, **NÃO** é correto afirmar:

- [A] Uma sociedade comercial irregular, desde que configure uma unidade econômica ou profissional, pode ser sujeito passivo da obrigação tributária.
- [B] O profissional liberal que, mesmo suspenso do exercício profissional pelo órgão fiscalizador respectivo, permanece exercendo sua atividade laboral detém capacidade tributária passiva.
- [C] Aquele que for civilmente incapaz, mas for sujeito passivo da obrigação tributária, tem capacidade para exercer pessoalmente todos os direitos decorrentes desse vínculo jurídico obrigacional.
- [D] Aquele que exerce o comércio estando proibido de fazê-lo é considerado capaz na relação jurídica tributária.

Questão 29

De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária é aplicada ao ato pretérito não definitivamente julgado quando

- [A] deixar de definir o ato como infração.
- [B] dispensar o cumprimento de obrigações acessórias.
- [C] outorgar isenção tributária.
- [D] conceder anistia.

Questão 30

Em conformidade com a Lei n.º 1.178/1991, que instituiu o Código Tributário do Município de Várzea Grande-MT, analise as assertivas acerca do Imposto sobre a Transmissão “Inter vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos (ITBI).

- I - A transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os direitos reais de garantia, é fato gerador do ITBI.
- II - O ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos decorrente de permuta, inclusive nos casos em que a copropriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos.
- III - O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos quando decorrente de retrocessão, que consiste no retorno do bem ao domínio do antigo proprietário pela falta de destinação do imóvel desapropriado.
- IV - Nos casos de arrematação, adjudicação ou remição, o ITBI será pago no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura da respectiva carta.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] I e III, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.

Questão 31

De acordo com as regras atuais sobre carência da Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social, é correto afirmar:

- [A] No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para concessão de auxílio-doença, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com um terço do período de 12 (doze) contribuições mensais.
- [B] Independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.
- [C] São exigidas, no mínimo, 10 (dez) contribuições mensais para concessão de salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.
- [D] Para concessão de pensão por morte, em favor do cônjuge ou companheiro(a), é exigido que o(a) segurado(a) falecido(a) conte com tempo mínimo de contribuição correspondente a 18 (dezoito) meses.

Questão 32

Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta estão incluídos no conceito previdenciário de empresa (art. 15, I, da Lei n.º 8.212/1991). Quanto às obrigações tributárias imputadas pela legislação previdenciária às empresas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e efetuar o recolhimento em nome da empresa cedente de mão de obra.
- [B] A empresa é obrigada a preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, excluídos prestadores de serviços eventuais.
- [C] É obrigação de a empresa lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
- [D] A empresa é obrigada a prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, na forma por ela estabelecida.

Questão 33

O artigo 5.º da Lei n.º 1.178/1991, que instituiu o Código Tributário do Município de Várzea Grande-MT, elenca taxas que poderão ser cobradas pelo Município, em função do exercício regular do poder de polícia, ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Prefeitura. O referido dispositivo legal **NÃO** prevê a seguinte taxa:

- [A] Taxa de Licença.
- [B] Taxa de Estacionamento em via pública.
- [C] Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio.
- [D] Taxa de Serviços Urbanos.

Questão 34

Em conformidade com as normas previstas na Lei n.º 2.719/2004, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT (PREVIVAG), assinale a afirmativa correta sobre concessão de salário-maternidade.

- [A] O salário-maternidade consistirá de renda mensal igual à remuneração da segurada, acrescida do 13.º proporcional correspondente a 4/12 pagos na última parcela.
- [B] A concessão do salário-maternidade à servidora segurada do PREVIVAG independe do cumprimento de carência.
- [C] Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito a salário-maternidade correspondente ao período determinado por Junta Médica Oficial em inspeção médica.
- [D] Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de 30 (trinta) dias, mediante inspeção médica.

Questão 35

Pelas regras atuais da Lei n.º 2.719/2004, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT (PREVIVAG), os proventos de aposentadoria correspondem

- [A] à última remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- [B] ao cálculo da média aritmética simples das remunerações correspondentes a todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- [C] ao limite máximo do salário-de-contribuição estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social.
- [D] ao cálculo da média aritmética simples das maiores remunerações correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

Questão 36

Em vista das disposições contidas no novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) aplicáveis aos advogados públicos, analise as afirmativas.

- I - Ao advogado público, que deixar de cumprir decisão judicial, de natureza provisória ou final, poderá o juiz aplicar multa, por ato atentatório à dignidade da justiça, de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- II - O advogado público responde pela multa fixada pelo juiz, em virtude da inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.
- III - A percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos depende de regulamentação legal.
- IV - Após expirado o prazo, o advogado público será intimado para devolver o processo no prazo de 3 (três) dias, sob pena de aplicação de multa, se for o caso, ao agente público responsável pelo ato.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.

Questão 37

Sobre pensão por morte, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, conforme as normas previstas na Lei n.º 2.719/2004, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT (PREVIVAG).

- () O valor da pensão será rateado em partes iguais entre todos os dependentes habilitados na data do óbito, procedendo-se a novo rateio, toda vez que se extinguir uma parcela da pensão pela perda da qualidade do dependente.
- () Em caso de desaparecimento do segurado em acidente, desastre ou catástrofe, será exigida sentença declaratória de ausência para concessão de pensão provisória por morte presumida.
- () Não fará jus à pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.
- () Os pensionistas inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se a exames médicos determinados pelo PREVIVAG, ficando dispensados somente após atingirem a idade de 70 (setenta) anos.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, F, V, V
- [B] F, V, F, V
- [C] V, F, V, F
- [D] V, V, F, F

Questão 38

Quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes, o litisconsórcio será classificado como

- [A] necessário.
- [B] unitário.
- [C] ulterior.
- [D] simples.

Questão 39

Sobre o julgamento liminar de improcedência do pedido nas causas que dispensem a fase instrutória, conforme previsto no novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), **NÃO** é correto afirmar:

- [A] O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
- [B] O juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.
- [C] Interposta apelação em face da sentença de improcedência liminar do pedido, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.
- [D] Sempre que reformar sentença que julgou liminarmente improcedente o pedido, o tribunal deverá examinar as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

Questão 40

Nos termos do novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), não está sujeita à remessa necessária a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal proposta por Município, quando a condenação ou proveito econômico obtido na causa pelo embargante for de valor certo e líquido inferior ao limite máximo de

- [A] 100 (cem) salários-mínimos.
- [B] 50 (cinquenta) salários-mínimos.
- [C] 40 (quarenta) salários-mínimos.
- [D] 20 (vinte) salários-mínimos.

Questão 41

Conforme o novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas compete

- [A] ao Superior Tribunal de Justiça.
- [B] ao Supremo Tribunal Federal.
- [C] ao Tribunal de segundo grau.
- [D] às Juntas Recursais.

Questão 42

Tratando-se de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos, o novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015) dispõe que, após selecionados os recursos representativos da controvérsia, fundada em idêntica questão de direito, o relator, no tribunal superior, proferirá decisão de afetação, na qual determinará

- [A] a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.
- [B] a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no Estado ou na região, conforme o caso, de onde foram remetidos os recursos selecionados.
- [C] o sobrestamento do julgamento de recursos, que versem sobre a questão e tramitem no Estado ou na região, conforme o caso, sem prejuízo do andamento dos processos em primeiro grau.
- [D] o sobrestamento do julgamento de recursos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, sem prejuízo do andamento dos processos em primeiro grau.

Questão 43

No tocante à desconsideração da personalidade jurídica, conforme disposto no Código Civil, é correto afirmar:

- [A] A legitimidade do Ministério Público para requerer a desconsideração da personalidade jurídica é restrita aos casos em que figure como parte no processo.
- [B] A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício pelo juiz, quando presentes os requisitos previstos na lei civil.
- [C] Para a desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo e tributárias, deve-se comprovar a prática de desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.
- [D] Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, os sócios podem responder pelos efeitos de certas obrigações, independentemente do exercício de gerência ou administração.

Questão 44

Leia o texto abaixo:

“[...] Atualmente, o dono de imóvel urbano que não esteja na posse de outrem não pode abandoná-lo, sob pena de perdê-lo. E isto sem direito a qualquer indenização, pois não se trata de desapropriação. Assim, o dono tem o dever de ser diligente e conservar o seu bem. Se nele houver construção, deve zelar para que não haja risco de desabamento e até pelo seu aspecto estético. Se for um terreno, deve mantê-lo limpo e não permitir que se transforme em depósito de lixo. Deve, também, evitar águas paradas que contribuam para a proliferação da dengue.

Se ele se omitir nestas e em outras providências, que são sinais exteriores do exercício da posse, e não satisfizer os ônus fiscais (principalmente o IPTU), seu imóvel poderá ser arrecadado como bem vago. [...]”

(FREITAS, Vladimir Passos de. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-jan-04/funcao_social_abandono_imoveis_urbanos. Acesso em: 15 jan. 2018.)

Nos termos da lei civil, o imóvel urbano abandonado, que foi arrecadado como bem vago, poderá ser incorporado ao domínio do Município, passado o prazo mínimo de

- [A] 2 (dois) anos.
- [B] 5 (cinco) anos.
- [C] 3 (três) anos.
- [D] 10 (dez) anos.

Questão 45

Tendo em vista a classificação dos bens públicos prevista na lei civil, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- [A] Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- [B] Os bens de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- [C] Os bens de uso comum do povo podem ser convolados em bens de natureza dominical mediante desafetação.
- [D] O uso comum de bens públicos pode ser retribuído, desde que sejam convolados em bens dominicais.

Questão 46

Sobre a ação de usucapião especial urbana, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados, é parte legítima para propositura de ação de usucapião especial urbana.
- () O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) assegura, de forma absoluta, ao autor da ação de usucapião especial de imóvel urbano os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuitas, inclusive perante o cartório de registro de imóveis, independentemente da comprovação de hipossuficiência.
- () Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
- () Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o comum para ações propostas após o início da vigência do novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015).

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, V, F, F
- [C] V, F, V, V
- [D] F, F, V, V

Questão 47

Em matéria de responsabilidade civil ambiental, assinale a afirmativa correta.

- [A] Não se admite a responsabilização do infrator ambiental por dano moral coletivo, em razão da indeterminabilidade do sujeito passivo e indivisibilidade da ofensa e da reparação.
- [B] A hermenêutica jurídico-ambiental rege-se pelo princípio *in dubio pro natura*, razão pela qual a responsabilidade civil ambiental deve ser compreendida o mais amplamente possível, com vista à reparação integral.
- [C] Em regra, a absolvição no processo criminal ou na esfera administrativa influi na responsabilização civil do agente causador de degradação ambiental.
- [D] Na apuração da responsabilidade civil do infrator ambiental, a recuperação *in natura* do bem degradado é causa excludente de pretensão indenizatória.

Questão 48

Em relação ao plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos previsto na Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, **NÃO** é correto afirmar:

- [A] A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos impede a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades, ainda que licenciados por órgãos competentes.
- [B] A periodicidade da revisão do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deve observar prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.
- [C] O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para que os Municípios tenham acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a serviços relacionados com limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- [D] A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município do licenciamento ambiental de aterros sanitários.

Questão 49

Considerando o disposto na Lei n.º 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, **NÃO** integra os serviços públicos de saneamento básico:

- [A] Utilização de recursos hídricos.
- [B] Abastecimento de água potável.
- [C] Esgotamento sanitário.
- [D] Drenagem e manejo de águas pluviais.

Questão 50

De acordo com o disposto na legislação trabalhista vigente acerca de equiparação salarial, é correto afirmar:

- [A] Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço e na função não seja superior a quatro anos.
- [B] Não se admite o pleito de equiparação salarial quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar plano de cargos e salários com registro no órgão competente do Ministério do Trabalho.
- [C] A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- [D] O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, desde que desempenhe o trabalho com produtividade e perfeição técnica, será admitido como paradigma para fim de equiparação salarial.

Questão 51

Quanto à garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- [A] É assegurado o direito à estabilidade provisória por período de doze meses ao empregado acidentado, independentemente de percepção de auxílio-doença.
- [B] O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho.
- [C] O período de estabilidade provisória garantido ao empregado acidentado não pode ser inferior, nem superior a doze meses.
- [D] O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo de doze meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, a contar da percepção de auxílio-acidente.

Questão 52

Em consonância com a legislação trabalhista vigente, analise as assertivas acerca de prescrição intercorrente.

- I - Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
- II - A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- III - A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- IV - A prescrição intercorrente é causa de extinção da execução trabalhista por aplicação subsidiária da norma processual civil.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] I, II, III e IV.

Questão 53

Quanto ao processo de homologação de acordo extrajudicial decorrente de relações de trabalho, **NÃO** é correto afirmar:

- [A] O processo terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado, desde que não seja advogado comum.
- [B] No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- [C] A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- [D] Ao Juízo não cabe negar a homologação do acordo, em respeito ao princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade das partes contratantes.

Questão 54

No tocante às normas processuais do trabalho, que regulam o rito ordinário na fase de conhecimento dos dissídios individuais, assinale a afirmativa correta.

- [A] Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- [B] Na audiência, deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, sendo facultado à parte reclamada fazer-se substituir por um preposto, desde que seja seu empregado.
- [C] Se o reclamante não comparecer à audiência, esta será redesignada para data próxima, sob pena de arquivamento do processo e condenação ao pagamento de custas processuais.
- [D] O prazo para apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico é de 10 (dez) dias a contar da data da audiência.

Questão 55

É admitida aplicação subsidiária ao processo do trabalho da norma processual civil que dispõe acerca do julgamento antecipado parcial do mérito, quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso (art. 5.º da IN n.º 39/2016 TST c/c art. 356, I, do NCPC). Na situação exposta, em face do referido julgamento na Justiça do Trabalho, é cabível

- [A] agravo de instrumento.
- [B] agravo retido.
- [C] recurso ordinário.
- [D] recurso de revista.

Questão 56

De acordo com as normas sobre limites de despesa de pessoal previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar n.º 101/2000), é correto afirmar:

- [A] Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra, que se referem à substituição de servidores, não serão contabilizados para fins de apuração do limite da despesa total com pessoal.
- [B] A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- [C] A verificação do cumprimento dos limites da despesa total com pessoal será realizada ao final de cada semestre.
- [D] Na verificação do atendimento dos limites definidos na LRF, serão computados os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive despesas decorrentes de decisão judicial.

Questão 57

Considere-se uma situação hipotética em que foi ajuizada uma ação civil pública (Lei n.º 7.347/1985) por um Município em desfavor de uma pessoa jurídica de direito privado, em razão de danos ao meio ambiente provocados por sua atividade empresarial nos limites territoriais do Município. Nesse contexto, é correto afirmar:

- [A] O Juiz poderá determinar liminarmente a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for requerida pelo autor.
- [B] A sentença que homologar transação entre os litigantes do processo não produz coisa julgada material, podendo ser anulada a avença por ação diversa da rescisória.
- [C] A multa cominada liminarmente será exigível do réu após a prolação de sentença favorável ao autor, salvo quando for conferido efeito suspensivo ao recurso.
- [D] Na defesa do meio ambiente, a ação civil pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas apenas o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Questão 58

Em consonância com a Lei n.º 7.347/1985, quando a ação civil pública for proposta em desfavor de pessoa jurídica de direito público,

- [A] não será concedida medida liminar sem prévia oitiva do representante judicial do ente público.
- [B] a medida liminar imposta ao Poder Público poderá ser suspensa exclusivamente pelo Relator do agravo de instrumento.
- [C] não caberá recurso para suspender os efeitos da medida liminar imposta ao Poder Público, mas apenas mandado de segurança.
- [D] caberá pedido de suspensão dos efeitos da liminar ao Presidente do Tribunal a quem competir o conhecimento do respectivo recurso.

Questão 59

A respeito das medidas judiciais destinadas à proteção da pessoa com deficiência (Lei n.º 7.853/1989), analise as assertivas.

- I - Os Municípios são legitimados a propor medidas judiciais para proteger interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência.
- II - Em caso de desistência ou abandono da ação, compete exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- III - O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.
- IV - As associações civis necessitam ter finalidades institucionais compatíveis com a defesa do interesse transindividual que pretendam tutelar em juízo para configuração da *legitimatío ad causam*.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, III e IV, apenas.
- [D] I e II, apenas.

Questão 60

Quanto à garantia de prioridade assegurada pelo Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), é correto afirmar:

- [A] É assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- [B] Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de 70 (setenta) anos em relação aos demais idosos.
- [C] O Estatuto do Idoso não estabelece preferências entre os idosos, visto que todos os maiores de 60 (sessenta) anos gozam da mesma garantia de prioridade.
- [D] Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial àquele com idade mais avançada, exceto em relação ao andamento de processos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL Nº 03/2017 - PMVG, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCURSO PÚBLICO

Cargo de Nível Superior: Procurador Municipal

Folha de Anotação do Candidato

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.



Secretaria de Articulação e Relações Institucionais
Gerência de Exames e Concursos